

**PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL PARA ATENDIMENTO,
ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO ESCOLAR DOS INDÍGENAS
WARAO MIGRANTES REFUGIADOS EM GOIÂNIA, NA
MODALIDADE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO
FUNDAMENTAL**

Elaboração: Grupo de trabalho intersetorial para elaboração Plano de Ação relativo aos imigrantes refugiados em Goiânia

Decreto: 1586, de 28 de agosto de 2020

Proponente: Gerência de Inclusão, Diversidade e Cidadania/SME

Goiânia

Set/2020

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	3
2. MIGRANTES REFUGIADOS INDÍGENAS WARAO – DADOS PRELIMINARES	4
2.1 Quadro 1: Situação escolar da população indígena Warao venezuelanas migrantes refugiadas em Goiânia atendidas pelo projeto Infância Warao da MASF	4
3. DESAFIOS DA INCLUSÃO	5
4. ACESSO À EDUCAÇÃO	6
5. PROCEDIMENTOS E MEDIDAS PROPOSTAS INICIAIS DE DIREITO À EDUCAÇÃO PELOS MIGRANTES REFUGIADOS.....	6
6. MEDIDAS DE GESTÃO EDUCATIVA.....	7
7. ESTRATÉGIAS DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO EDUCACIONAL	8
7.1 Quadro 2: Acolhida humanizada e Identificação Pessoal.....	8
7.2 Quadro 3: acolhida humanizada durante o atendimento nas instituições educacionais (escola, CMEI)	8
7.3 Quadro 4: Acolhida humanizada e Identificação Pessoal.....	9
7.4 Quadro 5: Critérios para atenção às questões ou as necessidades emergenciais.....	10
7.4.1 Identificação Detalhada.....	10
7.5 Quadro 6: identificação detalhada.....	10
7.5.1 Integração Laboral e Inclusão Social	11
7.6 Quadro 7: Integração e Inclusão Social	11
7.7 Quadro 8: Recuperação do trauma e reparação do dano.....	14
7.7.1 Monitoramento	14
8 BIBLIOGRAFIA CONSULTADA E UTILIZADA.....	15
9 APÊNDICE	17

1. APRESENTAÇÃO

O presente Plano de Ação Plano de Ação Educacional para atendimento, acolhimento e integração escolar dos indígenas Warao Migrantes Refugiados em Goiânia, na modalidade Educação Infantil e Ensino Fundamental do município de Goiânia, foi proposto no contexto da formação do Grupo de trabalho intersetorial para elaboração Plano de Ação relativo aos imigrantes refugiados em Goiânia, instituído pelo Decreto 1586, de 28 de agosto de 2020. Esse Plano fortalece a capacidade do Governo Municipal para gerenciar ações de acolhimento, atendimento e integração de crianças, adolescentes, jovens, mulheres e idosos refugiadas em situação de vulnerabilidade social. Tem por finalidade garantir o acesso, a permanência com aprendizagem e a terminalidade escolar dos Migrantes na Rede Municipal de Educação de Goiânia (RME). O objetivo desse plano é auxiliar as instituições educacionais e as Coordenadorias Regionais de Educação que prestam atendimento educacional a todas as pessoas, e com os migrantes refugiados não seria diferente. Assim, este Plano poderá auxiliar:

- ✓ na identificação dos possíveis educandos e suas famílias necessitados de atenção;
- ✓ na observação, comunicação e acompanhamento dos educandos e famílias para provisão de assistência (emergencial) adequada pela Rede de atendimento e atenção;
- ✓ na provisão educacional, considerando a perspectiva da inclusão social por parte da educação municipal.

Este plano está proposto e organizado para além da oferta do Serviço Educacional Municipal, considerando que, para que o sujeito ou grupo vulnerável aprenda, necessita de atenção integral pelo poder público por meio da observação, da comunicação, do encaminhamento e do monitoramento dos fatores que interferem e atrapalham o desenvolvimento da aprendizagem dos migrantes refugiados para que não só o acesso à educação se concretize, mas a permanência com aprendizagem e a terminalidade, sem prejuízo de outras atenções que os Migrantes refugiados requerem. Procedimentos e medidas preventivas que já fazem parte do Serviço Educacional de Prevenção e Enfrentamento ofertado a todos educandos e suas famílias em Goiânia pela SME, enquanto uma das ações intersetoriais da Gerência de Inclusão, Diversidade e Cidadania. Procedimentos e medidas a serem desenvolvidas:

1. Acolhida Humanizada e Identificação Pessoal;
2. Atenção às questões emergenciais, especialmente os cuidados com a saúde e com a segurança pessoal;
3. Identificação Detalhada;
4. Integração laboral e inclusão social;
5. Recuperação do trauma e reparação do dano;
6. Monitoramento, principalmente assistência para que tenha efeito educacional e social que a educação exige.

Este Plano também traz princípios e questões sensíveis a serem observadas durante o acolhimento e atendimento educacional, que perpassam pela participação da comunidade local; pelo enfoque nos direitos humanos; pela não discriminação e imparcialidade; pelo enfoque interdisciplinar¹ e intersetorial²; pelo acesso à informação; pela interpretação; pela segurança, pela privacidade³; pela confidencialidade; pela voluntariedade; pelas medidas de atendimento especial para as crianças e os adolescentes, mulheres e idosos matriculados na RME.

2. MIGRANTES REFUGIADOS INDÍGENAS WARAO – DADOS PRELIMINARES

2.1 Quadro 1: Situação escolar da população indígena Warao venezuelanas migrantes refugiadas em Goiânia atendidas pelo projeto Infância Warao da MASF

Grupos	População	Criança (meses)	Criança (anos)	Adolescente	Outros perfis etários		
	Gênero		0 á 11	12 +	Jovem	Adulto	Idoso

¹ Leia-se como estratégia de integração de disciplinas para expandir as possibilidades de produção do conhecimento. A perspectiva teórico-metodológica é comum e há integração nos resultados obtidos e na solução de problemas, respeitando-se a individualidade das áreas do conhecimento.

² Leia-se como estratégia de gestão integrada para a abordagem dos problemas sociais, respeitando a autonomia de cada ator envolvido no processo; articulação de saberes e experiências com vistas ao planejamento, para a realização e avaliação de políticas, programas e projetos, com o objetivo de alcançar resultados sinérgicos em situações complexas. Para Junqueira (2000), trata-se de uma nova lógica de gestão pública, que busca superar a fragmentação das políticas, considerando o indivíduo como um todo.

³ Art. 5º, inciso X da Constituição Federal de 1988; Art. 21 do Novo Código Civil brasileiro, de janeiro de 2003; Lei n. 12.965/2014 (sobre a privacidade na internet).

Famílias			0 á 11	Alf.	Não Alf.	Sit. escolar		Sit. escolar		Sit. escolar		Sit. escolar	
	F	M				Alf.	Não Alf.	E.F Inc.	Não Alf.	Alf.	Não alf.	Alf.	Não Alf.
26	F	M	4	00	35	01	10	02	24	01	14	00	04
	46	49											
Total	95		4	35		11		26		15		04	

Fonte: Missão Amar sem fronteiras - MASF, 21/09/2020

O Povo Warao é uma etnia indígena que habita o nordeste da Venezuela e norte da Guiana e Suriname, próximo ao mar do Caribe. Suas alternativas de escritas gráficas comuns são Warao, Waroa, Guarauno, Guarao e ou Warrau.

O termo Warao traduz como "povo do barco", após a conexão íntima ao longo da vida dos Waraos com a água. A maioria da população é de aproximadamente 20.000 habitantes, localiza-se na região do delta do Orinoco na Venezuela, com números menores nas vizinhas Guiana e Suriname sua língua falada é o Warao.

Os waraos são conhecidos pelos povos das águas. São excelentes pescadores e vivem a maior parte do tempo em barcos e sobre as águas. Tendo o delta sobre o rio Orinoco fértil, composto de ilhas e pântanos, as habitações do povo Warao caracterizam como residências com teto de palha e cabanas construídas sobre palafita para proteção contra inundações. Estas casas são construídas geralmente no chão mais alto para evitar as inundações anuais.

3. DESAFIOS DA INCLUSÃO

O acesso à educação é um dos mais fundamentais instrumentos para a integração da população refugiada porque possibilita a igualdade de oportunidades e a inserção social nos vários aspectos da vida. Nesse sentido, o refugiado enfrenta situações de múltiplas vulnerabilidades decorrentes da migração forçada como: barreiras linguísticas, culturais, econômicas, documentais. Essas barreiras não podem representar impeditivo do acesso à educação e, principalmente, à permanência com desenvolvimento na aprendizagem que as

próprias instituições educacionais e Universidades, têm responsabilidade de promover acessibilidade linguística e desenvolver instrumentos para minimizá-la.

A acessibilidade linguística é fundamental para a inserção social e, no que diz respeito ao trabalho pedagógico das instituições educacionais municipais de Goiânia, significa, também, a possibilidade de permanência dos estudantes. Estas, devem considerar as especificidades culturais, linguísticas e os aspectos psicossociais que envolvem a particular situação do migrante refugiado.

4. ACESSO À EDUCAÇÃO

Para garantir o acesso à educação no município de Goiânia, esse plano propõe que a matrícula do povo Warao seja realizada nas instituições educacionais mais próximas das aglomerações. O trabalho pedagógico será acompanhado pelos Apoios Técnico-Professores da Coordenadoria Regional de Educação de abrangência da instituição que atender os educandos Warao.

5. PROCEDIMENTOS E MEDIDAS PROPOSTAS INICIAIS DE DIREITO À EDUCAÇÃO PELOS MIGRANTES REFUGIADOS

- ✓ Buscar parceria com Universidades e Faculdades para o ensino da língua não materna (Língua Portuguesa);
- ✓ Acompanhamento do trabalho pedagógico pelos Apoios Técnico-Professores das Coordenadorias Regionais de Educação ou da Coordenadoria da área de abrangência onde estão matriculados os educandos;
- ✓ As crianças e adolescentes refugiadas serão agrupados por idade, por ciclo e conforme diagnóstico realizado;
- ✓ O foco na educação das crianças e adolescentes venezuelanas será nas habilidades e competências, conforme DCGO-ampliado;
- ✓ O acolhimento, atendimento e a integração aos migrantes e refugiados venezuelanos será coordenado pela Rede de Proteção e Atenção do Município de Goiânia da qual a SME faz parte;
- ✓ Manter parcerias com setores da SME (Coordenadorias Regionais de Educação, Gerência de Formação dos Profissionais da SME, Gerência de Projetos

Educacionais, Gerência de Comunicação e eventos, Gerências do Ensino Fundamental e da EAJA) e intersetorial Núcleo de Vigilância às Violências e Promoção da Saúde, SMS, SEMAS, Conselhos Tutelares Regionais, Pastoral e Ongs especializadas no atendimento aos Refugiados). Assim, garantir uma melhor comunicação e acolhida dos estudantes refugiados e suas famílias;

- ✓ Articular junto aos serviços locais e aos profissionais especializados para a busca ativa das famílias refugiadas nos espaços onde estão aglomerados para: formação de vínculos, escuta qualificada dos anseios das famílias em relação à escola para os filhos, organização dos documentos necessários a inserção na SME;
- ✓ Solicitar à rede intersetorial local o mapeamento das crianças e dos adolescentes, jovens, mulheres e idosos. Esses dados permitirão à SME a previsão de vagas, organização dos espaços e outras providências que se fizerem necessárias ao atendimento educacional na Rede Municipal de Educação.

6. MEDIDAS DE GESTÃO EDUCATIVA

Tendo em conta que as crianças e adolescentes migrantes refugiados não possuirão qualquer domínio da língua portuguesa, considera-se indispensável a disponibilização de mecanismos que respondam às necessidades efetivas dos educandos no domínio da aprendizagem da língua do País, que permita, desde logo, manterem um contato sistemático e interações sociais com a comunidade educativa, em particular com os educandos do agrupamento dos migrantes refugiados.

Também, na fase inicial da integração, as instituições educacionais farão o diagnóstico sociolinguístico. No caso de educandos com necessidades educacionais especiais, a instituição educacional solicitará o laudo para a família e fará os encaminhamentos para a Coordenadoria Regional de Educação e Equipe Multidisciplinar. Fará orientações à família e incluirá ações de integração no Projeto Político- Pedagógico, com base no perfil sociolinguístico e no percurso escolar do educando, de forma a reforçar as aprendizagens das habilidades em todos os componentes curriculares. Nessa fase inicial, o atendimento, o acolhimento e a integração exigem estratégias diversas conforme sugestões a seguir.

7. ESTRATÉGIAS DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO EDUCACIONAL

- Acolher de forma humanizada implica numa prestação de serviço educacional de forma humanizada, cidadã, de escuta qualificada e ativa. É a adequação do serviço prestado às necessidades, ambiente e à cultura dos educandos e suas famílias migrantes refugiados, respeitando seus limites, sua privacidade.

Fazer uma identificação detalhada não significa uma investigação sobre a vida do beneficiário, mas colher as principais informações pessoais para instrumentalizar o professor e a equipe gestora, no atendimento na forma mais adequada à situação pessoal do educando migrante refugiado.

7.1 Quadro 2: Acolhida humanizada e Identificação Pessoal

Acolhida humanizada e Identificação Pessoal		
Quando deve ser feito?	Como deve ser feito?	Quem deve estar envolvido?
Inicialmente, nas salas de transição inicial. Acolhida Humanizada e Identificação Pessoal	Recepção e acolhida; Escuta ativa com vistas a esclarecer a identidade pessoal e o perfil das crianças e adolescentes e famílias Migrante, Refugiado. Observação de indicadores de violência principalmente, tráfico de pessoas, violência sexual. Comunicação imediata de violências na ficha individual do SIMAC e do SINAM. Escuta ativa para identificar as outras demandas ou necessidades emergenciais, principalmente as de saúde e de segurança pessoal.	Mediação educacional Coordenadoria Regional de Educação. Conselho Tutelar Regional da área de abrangência e este as demais redes de atendimento conforme natureza do caso da comunicação. Distrito Sanitário de Saúde (mesmo fluxo seguido pela SME)

7.2 Quadro 3: acolhida humanizada durante o atendimento nas instituições educacionais (escola, CMEI)

Sugestões didáticas integradoras e socializadoras	Descrição

<p>Conduzir o atendimento educacional e intervenções pedagógicas individualizada, em pequenos grupos e na coletividade que assegure a comunicação e o desenvolvimento das aprendizagens.</p> <p>Promover socialização em sala de aula, utilizando trabalho em grupo de estudos, de discussão, de pesquisa mantendo os educandos migrantes refugiados calmos, seguros para se expressarem na linguagem que se sentirem confortáveis.</p>	<p>Todos os esforços devem ser feitos para promover o desenvolvimento da aprendizagem dos educandos, adequação do material, a participação da família no processo, levando em consideração o espaço escolar apropriado, evitando interrupções nas intervenções. Qualquer atendimento a uma pessoa em situação de vulnerabilidade é sujeito a emoções e stress. Conversar casualmente com as crianças e adolescentes pode ter um efeito relaxante. Também, é importante reforçar os sentimentos positivos, desfocando os negativos. Deixar as crianças e os adolescentes falarem mais, ouvirem e perguntarem.</p> <p>Saber fazer perguntas é tão importante quanto saber quais perguntas fazer. Sugere-se que as perguntas sejam feitas com linguagem acessível (não verbal, com códigos, símbolos, gestos)</p> <p>Buscar na linguagem corporal recursos de linguagem e, ao utilizá-la, permitir que as crianças e os adolescentes sintam-se mais empatia e proximidade.</p> <p>Evitar situações ou interpretações que possam ser associadas a preconceitos já que os aspectos culturais estão presentes na forma do educando indígena Migrante Refugiado de conceber e ver o mundo. Exemplo: não duvidar ou desmerecer as crianças e adolescentes ainda que a informação ou narrativa sobre sua vivência sejam difíceis de acreditar.</p>
---	---

7.3 Quadro 4: Acolhida humanizada e Identificação Pessoal

O quê? Atenção às necessidades emergenciais		
Quando deve ser feito	Como deve ser feito?	Quem deve estar envolvido?
<p>Imediatamente, matrícula onde houver vagas disponíveis. Após, promover o acesso mais próximo da família ou responsável pelo educando.</p>	<p>Comunicar a falta de condições na mobilidade para o acesso ao serviço educacional e outros serviços locais.</p>	<p>Instituição Educacional; Coordenadorias Regionais de Educação; Conselho Tutelar Regional; Serviços de Saúde; Serviços de Atendimento Social: CRAS, CREAS, Centro Pop, Abordagem social; ONGs, Pastorais do Migrante; Serviços de assistência à criança e ao adolescente.</p>

7.4 Quadro 5: Critérios para atenção às questões ou as necessidades emergenciais⁴

Cuidados com a Saúde	
Sintomas físicos (dor de cabeça, fadiga, tontura, dores musculares, nas costas, de estômago, dermatites, problemas de visão, de respiração, de dente etc.)	Observação/Comunicação imediata ao Conselho Tutelar Regional.
Sintomas mentais (problemas de memória, ansiedade, raiva, depressão, stress pós-traumático etc.)	
Doenças pré-existent (cardíacas, diabete) ou infecciosas (hepatite, DST, HIV)	
Algum tipo de dependência química (álcool, drogas)	
Cuidados com a Segurança	
O educando tem preocupações atuais ou antigas com a sua segurança, sua família, sua rede de relacionamento ou pessoas que possam oferecer riscos?	Observação/Comunicação imediata ao Conselho Tutelar Regional.
O educando e sua família têm preocupações com a segurança de sua família ou amigos?	
Pode identificar/mencionar pessoas que possam lhe oferecer risco/ameaça?	

7.4.1 Identificação Detalhada

Consiste em levantar informações mais específicas, ou se aprofundar em algumas questões que são importantes para a continuidade do atendimento educacional com desenvolvimento na aprendizagem. Também, para a coleta de informações sobre o processo migratório e outras informações objetivas como quadro geral de saúde, perfil socioeconômico, família, além de informações mais subjetivas como os interesses, os anseios, as perspectivas de futuro do responsável pelo educando migrante/refugiado.

7.5 Quadro 6: identificação detalhada

⁴ Este Formulário foi adaptado da seguinte bibliografia ICMPD, 2009.

O quê? Identificação Detalhada		
Quando deve ser feito	Como deve ser feito?	Quem deve estar envolvido?
Inicialmente, no atendimento nas salas de aula pelo professor regente. Caso haja dificuldade de comunicação, ou houver outras questões emergentes mais importantes (a exemplo, questões de saúde, higiene, exames a serem feitos), comunicar imediatamente à Rede de Proteção local.	Para fazer a identificação detalhada, seja no primeiro ou nos demais atendimentos, cuidados para não vitimizar o educando com excesso de perguntas; Reconhecer que inicialmente o vínculo de confiança pode estar frágil, prejudicando as respostas.	Instituição Educacional; Coordenadoria Regional de Educação; Conselho Tutelar Regional; Núcleo de Vigilância às Violências e Promoção da Saúde; Serviços de Saúde; Serviços de Atendimento Social: CRAS, CREAS; Centro Pop, Abordagem social; Serviços de acolhimentos locais (governamentais ou não governamentais); Universidades e escolas de língua, associações de intérpretes, associações de imigrantes.

7.5.1 Integração Laboral e Inclusão Social

Caso haja educandos que apresentem traumas a recuperação e a reparação do dano será por meio do encaminhamento do educando e família para o atendimento especializado. Nos casos das vítimas de crimes ou violações de direitos, requer atenção prolongada. Desta forma, deverá ser prestado por serviços públicos ou ONGs de atendimento ao migrante.

7.6 Quadro 7: Integração e Inclusão Social

O quê? Integração e Inclusão Social		
Quando deve ser feito?	Como deve ser feito?	Quem deve estar envolvido?
<p>Processo que deve ser iniciado na sala de aula e continuar o tempo que for necessário.</p>	<p>Conhecer a cultura do educando estrangeiro e a situação do seu país de origem – como uma crise, um desastre ambiental ou ainda uma guerra civil.</p> <p>Conversação sobre a cultura dos educandos migrantes refugiados;</p> <p>Aproximação de outras culturas na prevenção ao Bullying, uma prática comum entre as crianças na escola e com a chegada dos estrangeiros, poderá ser evidenciada.</p> <p>Proposição de oficinas, assembleias e outras ferramentas pedagógicas, utilizando as linguagens da Arte e do Esporte.</p> <p>Estímulo à troca de experiências culturais e aprenderem com as diferenças.</p> <p>Promoção da ludicidade, possibilitando a motivação subjetiva do indivíduo, concebendo significativa experiência emocional e intelectual, que pode e deve focalizar a diversidade de gênero, de classes, raças e grupos sociais, envolvidos no processo de educação.</p> <p>Discussão do conceito de empatia e o estímulo para que vivenciem na prática.</p> <p>Articulação por meio de projetos pedagógicos com Universidades e Faculdades locais para o envio de alunos universitários do curso de Letras-Espanhol para ministrarem aulas de Língua Espanhola nas escolas onde estarão matriculados os estrangeiros.</p> <p>Ampliação da formação dos professores num curso livre de Língua Inglesa e Espanhola, em parceria entre a Gerência de Formação dos Profissionais da SME e a Universidade.</p>	<p>Instituição Educacional;</p> <p>Coordenadoria Regional de Educação;</p> <p>Mediação Educacional;</p> <p>Serviços de Atendimento Social: CRAS, CREAS.</p> <p>Centro Pop, Abordagem social;</p> <p>Serviços de assistência à criança e ao adolescente (Conselho Tutelar).</p>

O quê? Integração e Inclusão Social		
Quando deve ser feito?	Como deve ser feito?	Quem deve estar envolvido?
	<p>Planejamento de curso de Língua Portuguesa nas escolas noturnas (EAJA), para os pais estrangeiros.</p> <p>Incentivo ao protagonismo das crianças. Elas passarão a ser os tradutores junto aos colegas e aos pais no dia a dia escolar. Serão colaboradores para estabelecermos uma boa comunicação entre os envolvidos no processo ensino e aprendizagem.</p> <p>Propor e executar projeto culinário para criar maior envolvimento das famílias com a escola. Por meio da culinária, a proposta é aproximar a escola dos pais e responsáveis.</p> <p>Incluir no calendário anual de eventos escolares para a comunidade: apresentações culturais e culinária das famílias dos educandos migrantes refugiados.</p>	

7.7 Quadro 8: Recuperação do trauma e reparação do dano

O quê? Recuperação do trauma e reparação do dano		
Quando deve ser feito	Como deve ser feito?	Quem deve estar envolvido?
Processo que deve ser iniciado na sala de aula e continuar o tempo que for necessário.	Encaminhar para serviços psicossociais; Encaminhar para a Saúde mental e outros serviços de defesa de direitos que possam promover a reparação de danos.	Instituição Educacional; Mediação Educacional; Coordenadoria Regional de Educação; Conselho Tutelar Regional; Serviços de saúde mental: CAPS; Serviços de assistência ao migrante em geral (ONGs que atuam na defesa dos migrantes, Pastorais do Migrante; Defensoria Pública.

7.7.1 Monitoramento

Este deve ser feito por e com o apoio de todos os atores estratégicos envolvidos no atendimento ao migrante refugiado. Compreende o acompanhamento dos atendimentos e/ou encaminhamentos realizados pela educação. Pode ser realizado de duas formas:

Individual - realizado pela própria educação, através do mapeamento das comunicações aos Conselhos Tutelares Regionais e das notificações ao Núcleo de Vigilâncias às Violências e Promoção da Saúde da SMS sobre o educando e responsáveis e diretamente na instituição para a qual foi comunicado, notificado.

Coletivo: através de estudos de caso regionalizados mensais. É importante que as informações relatadas no formato individual, ou discutidas no formato coletivo, fiquem registradas na identificação pessoal do educando migrante refugiado e/ou responsáveis, com protocolo de comunicação, deixando a memória de todo o histórico de atendimento.

8 BIBLIOGRAFIA CONSULTADA E UTILIZADA

BECKER e HOWARD. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. Tradução de Marco Estevão. 3ª ed. São Paulo: Hucitec. 1994.

BONI, Valdete & QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand. ICMPD, 2010.

BRASIL, 7OEI (Organização de Estados Ibero-americanos). **Educação para Pessoas Refugiadas: modelos e práticas de integração nos países da OCDE**, 2020. Disponível em: <<https://www.oeiportugal.org/Oei/Noticia/educacao-para-pessoasrefugiadas-modelos-e-praticas-de-integracao-nos-paises-da-ocde>> Acesso em: 21 de setembro de 2020.

ORFANO, Isabella. **Directrizes para o Desenvolvimento de um Mecanismo de Referência Transnacional para Pessoas Traficadas na Europa: TRM-EU**. Departamento para a Igualdade de Oportunidades - Presidência do Conselho de Ministros, Itália. Disponível em: <<https://justica.sp.gov.br/wp-content/uploads/2017/07/ICMPD20-20Diretrizes20para20Desenvolvimento1.pdf>> Acesso em 1 de novembro de 2020.

GUERALDI, Michelle (org.) **Cadernos Temáticos sobre Tráfico de Pessoas**. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania, Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Vol. 2, p. 71-92, 2014. Disponível em:

<<https://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/publicacoes/cadernos-tematicos/caderno-2-template.pdf>> Acesso em: 21 de setembro de 2020.

IOM, International Organization for Migration. “**NÃO SÃO APENAS NÚMEROS**”, **Jogo de Ferramentas Educacional sobre Migração e Asilo na Europa, Internacional Organizativo for Migration**, 42 p., 2016. Disponível em: <https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos/Agenda_Europeia_Migracoes/Documentos/manual_professor_completo.pdf> Materiais contidos no DVD e fotografias disponíveis em https://www.dge.mec.pt/agenda-europeia-para-migracoes#5_Recursos > Acesso em: 21 de setembro de 2020.

JUNQUEIRA, Luciano Prates. **Intersetorialidade, transetorialidade e redes sociais na saúde. Revista de Administração Pública – RAP**, Rio de Janeiro, p. 35-45, nov./dez., 2000. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6346>> Acesso em: 21 de setembro de 2020.

PORTUGAL, EDUCAÇÃO. **Aprendizagens Essenciais de Português Língua Não Materna (PLNM) (níveis A1, A2 e B1)**. Página eletrônica do Português Língua Não Materna (PLNM). Disponível em: <<https://www.dge.mec.pt/portugues-lingua-nao-materna>> Acesso em: 21 de setembro de 2020.

_____. Página eletrônica: **Refugiados – Agenda Europeia para as Migrações**. Disponível em: <<https://www.dge.mec.pt/agenda-europeia-para-migracoes>> Acesso em: 21 de setembro de 2020.

UNICEF. **Educação, Acesso a uma Educação de Qualidade**, 2020. Disponível em: <https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos/Agenda_Europeia_Migracoes/Documentos/unicef_educacao_de_qualidade.pdf> Acesso em: 21 de setembro de 2020.

9 APÊNDICE

Apêndice – A1: Ficha Sociolinguística (a ser preenchida pelo responsável, pelo educando maior de 18 anos).

1. Identificação do educando

Nome: -----

Data de nascimento: / / Sexo: F () M () Outro ()

País onde nasceu: -----

País (es) onde viveu:-----

Língua(s) materna(s): -----

2. Percurso Escolar: -----

2.1. Alunos que ingressam na Educação Infantil ou no 1.º ano do Ensino Fundamental.

Frequentou alguma creche/jardim de infância/outras respostas educativas no

Estrangeiro? Sim () Não () Quanto tempo?-----

2.2. Alunos que ingressam em outros anos de escolaridade do Ensino Fundamental

Quais anos de escolaridade frequentados pelo educando no estrangeiro?

Em que país(es)? -----

3. Identificação linguística

Língua(s) falada(s) pelo educando no seu país de origem ou etnia

Com as pessoas com quem vive: -----

Outra situação (indique qual):-----

4. Representante legal

Nome:-----

Língua(s) que fala:

Com os educandos da turma: -----

Com o professor: -----

Outra(s) língua(s) que domine: -----

5. Apoio educativo. Considera que o educando necessita de receber outro tipo de apoio, para além do facultado para a aprendizagem do Português? Sim () Não ()

Se respondeu afirmativamente, indique qual: -----

6. Possui alguma Necessidade Educacional Especial entre elas: Deficiências (visual, intelectual, física ou múltipla) e Transtorno do Espectro do Autismo ou Altas Habilidades e Superlotação Sim () Não ()

Qual? -----

Observações: